



A VIDA DE UMA REVOLUCIONÁRIA BRASILEIRA DO SÉCULO XX: REVISITANDO AS MEMÓRIAS DE NAIR DE TEFFÉ

Luiz Carlos Luz Marques*

UNICAP

prof.luizmarques@gmail.com

Viviane Souza de Oliveira**

UNICAP

vivianne.souza@hotmail.com

Resumo:

Em 8 dezembro de 1913, o Palácio Rio Negro, em Petrópolis (RJ), torna-se palco de evento que muito repercute no cenário nacional e internacional: o casamento do então presidente do Brasil, Hermes da Fonseca, de 58 anos, com Nair de Tefé von Hoonholtz, de 27, a primeira mulher, no Brasil, a ser caricaturista profissional, não se limitando à vida privada, como a maioria das mulheres de sua classe social, à época. Como primeira-dama do Brasil, Nair apresenta-se como moderna e revolucionária, a ponto de lançar, nas festas do Palácio do Catete – ambiente erudito e formal, espaço restrito à elite conservadora da época -, ritmos como o maxixe, considerado indecente e grosseiro.

Reconhecendo a representatividade feminina de Nair no âmbito artístico e político, buscou-se, através dessa pesquisa, trazer à tona a figura dessa mulher extraordinária, que, mesmo estando mergulhada em uma sociedade patriarcal, na qual a mulher cabia a vida doméstica, teve coragem de expor seus pensamentos a respeito da

* Doutor em História das Religiões (1998) e professor da Universidade Católica de Pernambuco.

** Graduada em História pela Universidade Católica de Pernambuco.

vida política, tanto com sua arte, publicada sob o pseudônimo de Rian (Nair escrito ao contrário), quanto com seu livro publicado em 1974, quando o país estava em plena ditadura militar.

Metodologia:

Como método de pesquisa foi utilizado o “paradigma indiciário” de Carlo Ginzburg, que objetivou revisitar a obra autobiográfica de Nair, intitulada *A verdade sobre a revolução de 22* (1974), e possibilitou extrair de suas entrelinhas alguns primeiros *insights* sobre momento histórico narrado na obra e a figura dessa mulher da nobreza do Império, que soube, com seus traços, trazer à tona características risíveis dos poderosos do Brasil República.

O presente texto sintetiza apenas o estado da pesquisa, até esse momento. É o registro do início de um percurso – tanto do ponto de vista das fontes coletadas, quanto do uso, em relação às mesmas fontes, do método proposto por Ginzburg – método e fontes que serão sucessivamente exploradas pela autora, ao longo seu estágio de pesquisa com o orientador, dentro do Programa do PIBIC UNICAP.

Traços biográficos de Nair de Teffé

Retratada como “gentil senhorita Nair Teffé”, pelo jornal do Rio de Janeiro *O século* (1913, n. 2245, p. 1), Nair era conhecida pela sua gentileza, inteligência, bom humor e pela sua arte. Nasceu em 10 de junho de 1886 na Cidade de São Sebastião no Rio de Janeiro, e faleceu em 10 de junho de 1981, quando completava 95 anos, também no Rio de Janeiro.

Filha de Antonio Luiz von Hoonholtz e de Maria Luísa Dodsworth, Nair nasceu amparada pelos privilégios de pertencer à elite. Seu pai, respeitado e condecorado por seus serviços prestados à Marinha do Brasil, na Guerra do Paraguai, foi o fundador e diretor do Serviço Hidrográfico do Império. Entre seus serviços à Marinha e à Ciência, contam-se a tradução da Edição Francesa do Código de Sinais Marítimos e a demarcação das fronteiras fluviais na Amazônia, sendo um de seus muitos títulos o de Barão, concedido a ele pelo Imperador Dom Pedro II, quando estava na Cidade de Teffé no Estado do Amazonas – razão pela qual pediu ao Imperador que substituísse seu nome de

origem germânica pelo de Teffé (FONSECA, 1974, p. 12-13). Terminou a vida como almirante e prestou serviços diplomáticos na Europa, já na época republicana.

Nair, que se orgulhava de ter sido a primeira com esse nome registrada no Brasil, não ficou em sua terra natal por muito tempo. Em 1887, com apenas um ano de idade foi levada para morar na França, para onde seu pai havia sido enviado. Ali recebeu uma primorosa formação educacional e cultural, aprofundando-se em teatro, pintura, desenho, caricatura, música, piano e em diversas línguas – transformando-se em poliglota –, até retornar ao Brasil com sua família em 1903 (CHAGAS, 2016, p. 59-60).

De volta ao Rio de Janeiro, concentrou-se em sua carreira e no que lhe fazia sentir satisfação. Como ela mesma sintetiza: “As charges que fiz ao longo desses anos, todas escolhidas entre gente da sociedade, damas, cavalheiros, políticos, diplomatas, nobres e artistas, parece-me que agradaram” (FONSECA, 1974, p. 15). Foi a primeira mulher, no Brasil, a trabalhar como caricaturista profissional, publicando pela primeira vez, em julho de 1909 na Revista *Fon-Fon*, a caricatura da artista francesa Rêjane (Figura 1)¹. Além da *Fon-Fon*, também colaborou com as Revistas brasileiras: *A Careta*, *O Binóculo*, *Gazeta de Notícias*, *O Malho*, entre outras; e francesas: *Fantasio*, *Le Rise*, *Femia* e *Excelsior* (FONSECA, 1974, p. 16).

Através de seus traços Nair mostrou-se uma mulher à frente de seu tempo pois, embora vivesse em uma sociedade com preceitos fundamentados no patriarcado, não se limitava à vida privada como era comum às mulheres daquela época. Segundo Pinsky (2012 p. 470, apud GALETTI, 2014, p. 5) “Na primeira metade do século XX, parecia não haver dúvidas de que as mulheres eram, ‘por natureza’, destinadas ao casamento e à maternidade”. Contrariando esse “padrão social”, Nair não se limitou à vida doméstica, pelo contrário, tornava-se Rian e usava sua arte como ferramenta de intromissão na política brasileira. Alguns dos políticos desenhados foram: Arthur Bernardes, Nilo Peçanha, Rui Barbosa, Rivadávia Corrêa, Pinheiro Machado, Café Filho, Jânio Quadros e Costa e Silva. Rui Barbosa, especialmente, após conflitos com Hermes da Fonseca e com a primeira-dama, passou a ser representado por ela, segundo Galetti

¹ Gabrielle Rêjane (1856-1920), foi uma célebre atriz francesa que iniciou sua carreira no *Theatre du Vaudeville*, em 1875. Suas principais criações foram: *M Cousine* (1890), de Henri Meilhac; *Amoureuse* (1891), de Porto-Riche; *Madame Sans-Genie* (1893), de Sardou, e *Zaza* (1898), de Berton e Simon. Fonte: <http://www.brasilcult.pro.br/teatro/painel06.htm>.

(2014, p. 10), “como um homem corcunda, com um chapéu na mão como se estivesse pedindo algo através do chapéu” (Figura 2). Outro indicador do envolvimento de Nair no cenário político é sua autobiografia “A verdade sobre a revolução de 22” (1974), onde ela dá ênfase aos acontecimentos vividos por Hermes da Fonseca, mostrando através de suas perspectivas, como se deu o mandato, o pós-mandato, as prisões e a morte do marechal.

Seu casamento, em 8 de dezembro de 1913, em Petrópolis, com o então presidente da República, Marechal Hermes Rodrigues da Fonseca (1855-1923), viúvo desde 1911, teve grande repercussão, fazendo com que todas as atenções se voltassem à antiga cidade imperial. Segundo a *Tribuna de Petrópolis* (1913, p. 1 apud Borges, 2017, p. 5): “Este foi na realidade o maior acontecimento social ocorrido no Palácio do Rio Negro com repercussão a nível nacional e internacional” e de acordo com o jornal *O Século* (1913, n. 2245, p. 1): “suspendeu-se mesmo a vida do paiz para só se cuidar das solemnidades do acto, que está sendo revestido de grande aparato, excitando por isso a curiosidade pública”. A cerimonia tornou-se atração no país, mas não agradava na mesma medida a todos: “O marechal Hermes, sofreu tenaz campanha, surda e ostensiva de seus amigos, filhos e parentes, por ter se casado pela segunda vez com uma ‘menina’ rica, sendo ele pobre, viúvo e ‘velho’” (FONSECA, 1974, p, 71). Como nos mostra o jornal *O Século*, na edição seguinte, nenhum dos filhos do marechal compareceu ao casamento, pelo contrário, se conservaram na capital (1913, n. 2246, p. 1).

Já aos demais que aguardavam ansiosos todo detalhe importava e sem dúvida, cada ponto estava sendo minuciosamente cuidado e o casamento corria entre “pompas excepcionais”. Contudo, não só as “sumptuosidades da grande scena” foram registradas. Neste ponto o jornal, *O Século*, na edição acima citada, critica a cerimonia e acusa os noivos de não respeitar a lei, pois, segundo o jornal, Nair de Teffé não assinou seu nome como deveria:

De tudo se cuidou, de arranjo de *vilinos*, de convites, doces, presentes e trens especiaes. Organizou-se mesmo para o caso um protocolo especial. Deu-se ao acto familiar a solemnidade de um casamento real ou de um grande acto nacional. Só uma coisa não se respeitou, só uma coisa foi deixada de parte: a lei. [...] Imagine-se como é feito tudo em que se mette o marechal Hermes! [...] Demos aqui o requerimento feito pelos noivos ao juiz de paz, para designar dia e hora para a solemnidade. A noiva do marechal assignou nesse requerimento apenas com os

sobres-nomes, com que figurava no acto do casamento. Não se atendeu então a falta, não se viu que só estava Nair de Teffé e não Nair de Teffé von Honholtz [...].

Esperado, criticado ou indesejado, não importa, pois, para Nair, o casamento lhe permitiu viver “dias maravilhosos”. Hermes faleceu em novembro de 1923, deixando Nair com a “permanente recordação do esposo amantíssimo, chefe de família exemplar e acima de tudo Soldado do Brasil” (FONSECA, 1974, p.10).



Figura 1: Artista francesa Rêjane. Primeira caricatura publicada por Nair de Teffé.

Fonte: Revista *Fon-Fon*, Ano III, nº 31, 31/07/1909.



Figura 2: Rui Barbosa.

Fonte: Caricaturas de Rian. Galeria Virtual. Arquivo do Museu Histórico Nacional.

Uma perspectiva da verdade

Analisando o livro escrito por Nair de Teffé, *A verdade sobre a revolução de 22* (1974), buscou-se com a ajuda do “paradigma indiciário” de Carlo Ginzburg, privilegiar os fenômenos aparentemente marginais e invisíveis, a fim de encontrar vestígios e pistas deixados pela autora e desprezados muitas vezes por um leitor descuidado. Para tanto, é necessário – assim como propôs o italiano Morelli, quando esse dizia como identificar o verdadeiro responsável por uma dada obra de arte – “examinar os pormenores mais negligenciáveis, e menos influenciados pelas características da escola a que o pintor pertencia: os lóbulos das orelhas, as unhas, as formas dos dedos das mãos e dos pés” (GINZBURG, 1989, p.144).

Começamos então com o título, tendo visto que é a afirmação que faz o primeiro contato com o leitor e que também pode revelar a história por trás do escritor e/ou do objeto discorrido ao longo do livro. Nele, é possível de perceber que a autora se propõe a revelar uma verdade. Ela reforça essa afirmação com a ajuda de uma epígrafe, uma citação de H. Balzac, que diz: “Há duas histórias: a oficial, mentirosa (*ad usum delphini*) e a secreta, em que estão as verdadeiras causas dos acontecimentos”. Sem

dúvida, esse pensamento foi introduzido com o propósito de indicar, novamente, sua perspectiva da verdade – não significando, no entanto, que fosse de fato a única verdade.

Uma síntese das páginas seguintes pode nos levar à ideia principal.

Após quatro anos na Europa, para onde o ex-presidente precisou se retirar, terminado seu mandato, Nair e Hermes retornaram à pátria em novembro de 1920, e puderam presenciar os grandes prestígios e bajulações populares oferecidas ao marechal. A estadia do casal se dava num mar de rosas no curso dos anos de 1920 à 1922. Em 26 de junho de 1921 Hermes se torna presidente do Clube Militar, não tendo pretensão alguma de se envolver, novamente, na política. No entanto, Arthur Bernardes, Nilo Peçanha e Ruy Barbosas buscavam envolvê-lo para conseguir seu apoio na luta sucessória pela presidência da República. Mas o clima político ficou realmente tenso, quando o “Correio da Manhã” publicou em 9 de outubro de 1921 uma carta que proferia injúrias ao marechal Hermes e aos militares, supostamente assinada por Arthur Bernardes, provando-se somente em março de 1922, se tratar de uma carta falsa (FONSECA, 1974, p. 78-98).

As turbulências na política por causa da eleição continuavam. Ocorreu que no dia 3 de julho de 1922 o comandante do Forte de Copacabana mandou avisar que o Forte iria se revoltar, o que só aconteceu no dia 5 daquele mês e ano. Hermes não reagiu bem a essa notícia e até chegou a ponderar em certa ocasião “que não havia condição de reação. O governo só seria derrubado nas urnas” (Op. cit., FONSECA, 1974, p. 106). Após ser alertado por um amigo sobre as providencias para sua prisão, Hermes resolveu partir de onde estava, contudo, foi preso por ordem do presidente Epitácio Pessoa. Quando livre do cárcere, o marechal não tinha mais o mesmo vigor. Com a saúde comprometida, Hermes falece em 7 de julho de 1922. Para Nair (FONSECA, 1974, p. 114) as mesmas “‘forças ocultas’ que levaram o Presidente Getúlio Vargas ao suicídio e o Presidente Jânio Quadros a uma inexplicável renúncia [...] agiram contra o Governo e a pessoa de Marechal Hermes”. No local de seu sepultamento foi gravada a seguinte inscrição “Aqui jaz o grande soldado Marechal da Fonseca, vitimado pelos desgostos de sua violenta e injusta prisão efetuada aos 7 de julho de 1922” (FONSECA, 1974, p. 118).

Lembranças ambientadas

Nair recorda que ao se referir à Petrópolis, no seu livro de crônicas com caricaturas ilustradas por ela, Otto Prazeres usou o termo “A encantadora Petrópolis”

(FONSECA, 1974, p. 23). Tão encantadora, que serviu de grande inspiração para Nair produzir suas caricaturas e também se tornou refúgio para diplomatas, políticos e para elite carioca. No entanto não foi apenas na primeira república que a bela cidade serrana do Rio de Janeiro abrigou inúmeras famílias. O hábito de frequentar Petrópolis durante o verão surgiu em 1847, com a família imperial, e se estendeu a outras famílias bem situadas. Petrópolis tornou-se, por um momento, capital federal em 1894 por conta da Revolta Armada, movimento promovido pelas unidades da marinha contra o governo do presidente Floriano Peixoto entre 1893-1894, e a partir do início do século XX (1903), passou a abrigar, no verão, sucessivos presidentes - Rodrigues Alves, Afonso Pena, Nilo Peçanha, Hermes da Fonseca, Wenceslau Braz, Epitácio Pessoa etc., pois o Palácio Rio Negro passou a pertencer ao Governo Federal, que o transformou em residência de verão oficial dos presidentes da República até o governo de Ernesto Geisel, só voltando a hospedá-los novamente em 1996 (BORGES, 2017, p. 3-4).

Segundo Vera Lúcia Bogéa Borges (2017, p. 9):

A cidade [Petrópolis] nasceu do primeiro Plano Regional de Urbanismo do país, segundo as normas modernas de urbanismo do século XIX. Tudo ali foi planejado as margens dos rios foram arborizadas e as varandas das residências estavam voltadas para o correr das águas [...] as definições de localização determinaram a construção do palácio, da igreja, do cemitério para destacarmos apenas alguns logradouros [...] dentre outros aspectos também receberam atenção de seus idealizadores.

Essas preocupações urbanísticas se estenderam e se acentuaram no final do século XIX e no início do século XX com o projeto republicano, que tinha como objetivo modernizar e “civilizar” os espaços insalubres e cada vez mais populosos que foram herdados do Império, a fim de transforma-los em as áreas urbanas com ar parisiense. Segundo Paulo César G. Marins (1998, p. 142-143):

As vastas reformas urbanas empreendidas a partir de 1903 no Rio de Janeiro pelas ações combinadas do governo federal e municipal miravam em cheio a liberdade de ocupação dos espaços públicos e privados das áreas mais centrais da capital. [...] Instalou-se um ‘bota-abaixo’ de cortiços, estalagens, sobrados e casas térreas classificadas

como insalubres e indignas, sob a aparências das melhores intenções sociais.”

Marins (1998, p. 148), diz ainda que para assegurar a distância de todo ambiente “promiscuo” que imperava nas áreas centrais, a elite passou a migrar para os bairros ao sul. O mesmo desejo fez com que a sede do governo nacional, que ficava no Palácio do Itamaraty, mudasse em 1897 para o Palácio do Catete e fizesse com que a elite desfrutasse da mesma “fantasia europeia” que desfrutavam em Petrópolis.

Além de Petrópolis, o ambiente que abrigou parte das lembranças de Nair e também de seu cotidiano, foi o Palácio do Catete. Como relatado no Rio e Cultura (folheto não datado, distribuído no atual Museu da República), o Palácio do Catete, antigo Palácio Nova Friburgo, foi construído entre 1858 e 1866 quando Antônio Clemente Pinto, Barão de Nova Friburgo, comprou na rua do Catete a casa de número 159 acrescida de um terreno, pelo valor de 120 Contos de Réis. A casa foi demolida e a nova edificação foi confiada ao arquiteto alemão Carl Gustav Waehneltd – que se inspirou nos palácios de Veneza, na Itália – contando ainda com a participação de operários e artesãos brasileiros, portugueses e escravos. Após vinte anos da morte do barão, o Palácio foi vendido pelo conde de São Clemente à Companhia do Grande Hotel Internacional, por 1.800 Contos de Réis e em 1896, foi adquirido pelo Governo Federal, sendo, portanto, transformado no ano seguinte em sede da Presidência da República, passando a ser chamado comumente de “Palácio do Catete”, após essa expressão ter sido cunhada pelo *Jornal do Commercio*, quando o mesmo realizou, em 20 de fevereiro de 1897, uma cobertura naquele local. Somente a partir do governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961) o Palácio do Catete deixa de ser sede do Governo federal.

Durante os meses que viveu no Palácio, Nair revela que passou a se envolver nos assuntos domésticos da presidência da República, mesmo Hermes tendo sido contra, à princípio. Embora não soubesse como cuidar “dos afazeres de uma dona-de-casa”, seu primeiro passo foi tomar conhecimento da vida interna do Palácio, ao descobrir que havia uma dívida de 50 Contos de Réis em nome do Marechal, dispensou o mordomo e implantou um regime de economia (FONSECA, 1974, p. 42).

Ainda residindo no Catete, Nair reuniu, em maio de 1914, alguns amigos para participar de um recital de modinhas interpretadas por Catulo da Paixão Cearense, recital esse que rende aplausos de pé para o poeta e letrista. No entanto, esse sentimento de

satisfação não foi unânime. No dia seguinte ao evento, como lembra Nair (FONSECA, 1974, p. 44) “a turma do ‘contra’, caiu em cima do Marechal e de mim. Diziam que foi uma vergonha nacional, levar para dentro do Palácio do Governo [...] um violão, instrumento inseparável de boêmios e baderneiros”. Em outubro daquele mesmo ano outra reunião, também realizada por Nair e Hermes, agitou a imprensa. Segundo Rafael Nascimento (2017, p. 39) numa noite dedicada a celebração do quadriênio de Hermes da Fonseca, a primeira-dama executou um maxixe brasileiro para violão, comportamento absolutamente inusual àquela época, para uma dama da alta sociedade. A canção, a até hoje famosa, “O corta-jaca”, composta por Chiquinha Gonzaga em 1895, interpretada por Nair, rendeu pesadas críticas como mostra o jornal do Rio de Janeiro *A Rua* (1914, n. 214, p. 2):

Se o Sr. marechal Hermes, na sua residência particular, no seio da sua intimidade, entre seus amigos mais íntimos, tivesse agarrado o violão e tocado o Corta-jaca ou outra música mais imoral, nós não tínhamos nada com isso. Mas como S. Ex. fez esta coisa em presença do corpo diplomático, no palácio do Catete, que é a residência, não do Sr. Hermes, mas do primeiro magistrado da Nação, assiste-nos o direito de fazer considerações a respeito do papel ridículo a que S. Ex. sujeitou não a sua pessoinha, mas a figura do presidente da República.

Em uma sucessiva publicação no *A Rua* (1914, n. 219, p. 1), fica mais do que claro que o motivo de tanto repúdio pela “Corta-jaca” é sua ligação com o “povinho”: “O ‘Corta-jaca’ andou tanto tempo pelos arraiaes da pandega e da população que se desmoralizou por completo, tornando-se indigno do Palácio das Aguias”.

De fato, a letra da música continua provocante até os nossos dias:

Neste mundo de misérias
 Quem impera
 É quem é mais folgazão
 É quem sabe cortar jaca
 Nos requebros
 De suprema, perfeição, perfeição

Ai, ai, como é bom dançar, ai!

Corta-jaca assim, assim, assim
Mexe com o pé!
Ai, ai, tem feitiço tem, ai!
Corta meu benzinho assim, assim!

Esta dança é buliçosa
Tão dengosa
Que todos querem dançar
Não há ricas baronesas
Nem marquesas
Que não saibam requebrar, requebrar

Este passo tem feitiço
Tal ouriço
Faz qualquer homem coió
Não há velho carrancudo
Nem sisudo
Que não caia em trololó, trololó

Quem me vir assim alegre
No Flamengo
Por certo se há de render
Não resiste com certeza
Com certeza
Este jeito de mexer

Um flamengo tão gostoso
Tão ruidoso
Vale bem meia-pataca
Dizem todos que na ponta
Está na ponta
Nossa dança corta-jaca, corta-jaca!²

² Fonte da letra: <https://www.vagalume.com.br/chiquinha-gonzaga/corta-jaca.html>, acesso em janeiro de 2018. Interpretação por Lysia Condé em <https://jornalggn.com.br/fora-pauta/lysia-conde-e-o-corta-jaca-chiquinha-gonzaga-e-m-careca>, acesso em janeiro de 2018.

Vale salientar, que mesmo depois de ter sido alvo de críticas após o evento realizado em maio, Nair insiste em apresentar o Corta-jaca no Catete, privilegiando gêneros e instrumentos musicais marginalizados: o violão, por se tratar de um instrumento considerado de boêmios e a modinha, por estar associada, de acordo com Rafael Nascimento (2017, p. 40) “[ao] lundu, gênero de origem africana com presença marcante de percussões e uma rítmica sincopada”. Essa sucessão de eventos, portanto, serve para mostrar a mulher interessante que foi: a mulher de espírito moderno que não se abalava com críticas de terceiros.

Considerações finais

Após observar a vida, a arte e a postura política de Nair de Teffé, fica claro sua importância e sua representatividade. Nair nos permitiu enxergar através de suas lentes o momento histórico político-social vivido por ela e por diversas personalidades, o que possibilitou a exposição das várias faces do Rio de Janeiro, quando esse era capital da Velha República. Por tudo isso, nossa pesquisa está apenas começando.

Referências

A Rua. Anno I, n. 214, 01/11/1914. Disponível em:

http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=236403&pasta=ano%20191&pesq=mar_echal. Acesso em: 20/01/2018.

A Rua. Anno I, n. 219, 06/11/1914. Disponível em:

http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=236403&pasta=ano%20191&pesq=mar_echal. Acesso em: 20/01/2018.

BORGES, Vera Lúcia Bogéa. *Nair de Teffé e a Imprensa: a construção de Petrópolis como destino turístico na Primeira República*. In: *Simpósio Nacional de História – UnB*, 29, 2017, Brasília. Anais (on-line). Brasília: UnB, 2017. ISBN: 978-85-98711-18-8. Disponível em: <http://www.snh2017.anpuh.org/site/anais>. Acesso em: 25/01/2018.

CHAGAS, Mario. *Nair de Teffé: uma mulher entre a arte e a política*. In: ASSIS, Maria Elisabete Arruda de; SANTOS, Tais Valente dos (Org.). *Memória feminina: mulheres na história, história de mulheres*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2016, p. 59-65.

Fon-Fon. Anno III, n. 31, 31/07/1909. Disponível em:

http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_periodicos/fonfon/fonfon_1909/fonfon_1909_031.pdf. Acesso em: 02/11/2017.

FONSECA, Nair de Teffé Hermes da. *A verdade sobre a revolução de 22*. Rio de Janeiro: Gráfica Portinho Cavalcanti, 1974.

GALETTI, Camila Carolina H. *Memórias de gênero: a trajetória de Nair de Teffé*. In: *II Seminário Internacional História do Tempo Presente*, 2014, Florianópolis, SC. Anais do Programa de Pós-Graduação em História (PPGH), Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), 2014. p. 1-12.

GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblema, sinais: morfologia e história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

MARINS, Paulo César Garcez. *Habitação e vizinhança: limites da privacidade no surgimento das metrópoles brasileiras*. In: SEVCENKO, Nicolau (Org.). *História da vida privada no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 131-214.

NASCIMENTO, Rafael. *Catete em ré menor: tensões da música na Primeira República*. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros, Brasil*, n. 67, p. 38-56, ago. 2017.

O século. Anno VIII, n. 2245, 08/12/1913. Disponível em:

<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=224782&pasta=ano%20191&pesq=o%20casamento%20do%20marechal>. Acesso em: 07/11/2017.

O século. Anno VIII, n. 2246, 09/12/1913. Disponível em:

<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=224782&pasta=ano%20191&pesq=o%20casamento%20do%20marechal>. Acesso em: 10/01/2018.

RIO E CULTURA. Museu da República – História. Rio e Cultura, [20–]. Disponível em:

http://www.rioecultura.com.br/instituicao/hist/hist_mus_republica.asp. Acesso em: 10/01/2018.